



**GT – 06: Economia urbana, trabalho, comércio e consumo**

## **TRANSFORMAÇÕES URBANAS E DINÂMICAS ECONÔMICAS EM FEIRA DE SANTANA – BA: CONFLITOS ENTRE OS SETORES FORMAL E INFORMAL NA RUA SALES BARBOSA**

**Jeferson Pereira Duarte Pinto**

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia (PPG-AU/UFBA)

Jefersonpinto@ufba.br

**RESUMO:** Ao longo da história de Feira de Santana, suas ruas passaram por transformações significativas. A Rua Sales Barbosa, localizada no centro da cidade, tem sido palco de mudanças intensas desde que começou a ser ocupada por atividades comerciais; dentro do espaço formal, desenvolveu-se um sistema de economia informal que dinamiza a economia local e sustenta uma parte significativa da população. Esse fenômeno ilustra a capacidade de adaptação e resiliência da população diante de desafios econômicos, além de refletir a complexidade das interações entre os setores formal e informal na estrutura econômica urbana. Assim, a Rua Sales Barbosa emerge como um espaço simbólico das dinâmicas econômicas contemporâneas, demonstrando as tensões e adaptações inerentes ao desenvolvimento urbano e econômico da cidade.

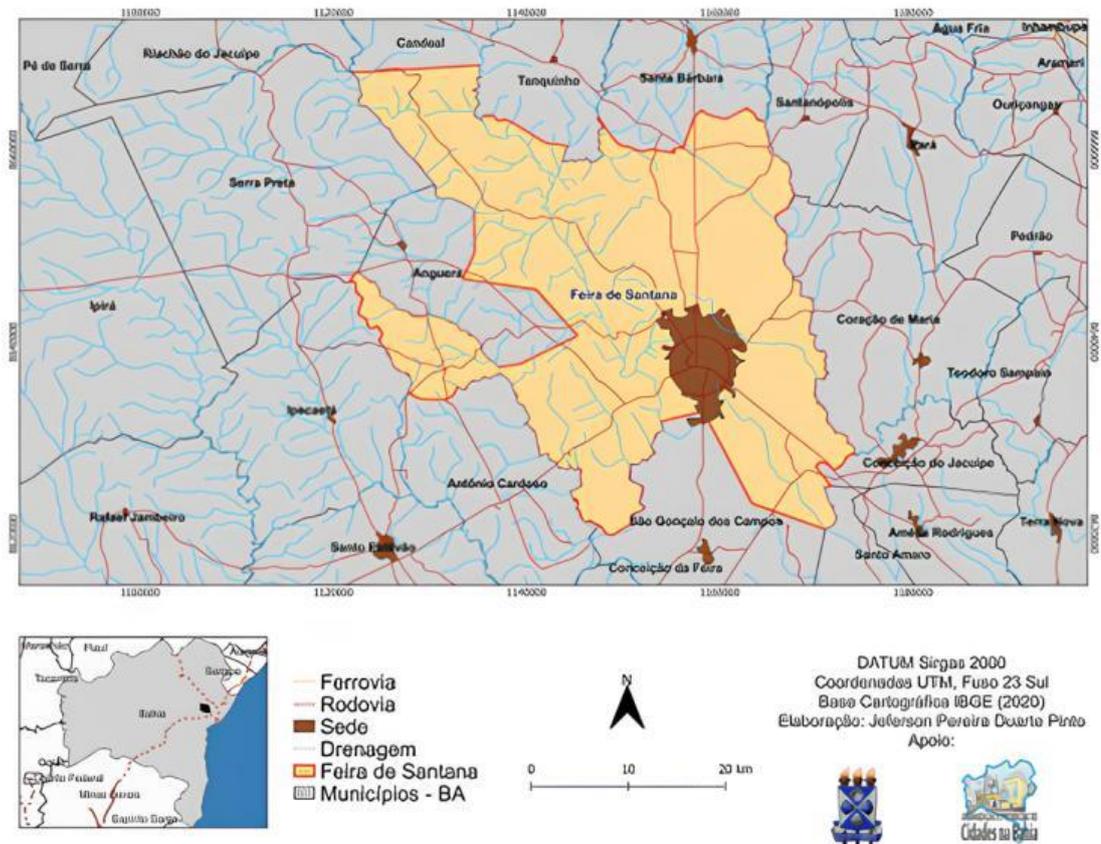
**Palavras-chave:** Espaço; Informalidade; Economia.

### **1. INTRODUÇÃO**

No âmbito do planejamento urbano, a informalidade refere-se a configurações espaciais que não se alinham com os padrões esperados nas cidades. A rápida expansão da informalidade resulta do uso irregular do espaço urbano para atividades como o comércio. Como consequência, as disparidades socioeconômicas tornam-se evidentes, uma vez que a ocupação adequada do espaço urbano não abrange todos os que nele se inserem, forçando os menos favorecidos a se estabelecerem em áreas sem condições básicas de subsistência. Esse movimento de expansão urbana gerou desigualdades na relação entre as necessidades da população e as condições de trabalho, tornando o anseio por empregabilidade não apenas uma necessidade, mas também uma condição de sobrevivência.

No caso de Feira de Santana, localizada a 108 km da capital e sendo o segundo maior município da Bahia, a sua influência ultrapassa os níveis locais e regionais. De acordo com o REGIC (2018), documento que caracteriza as Regiões de Influência das Cidades, Feira de Santana é classificada como Capital Regional B na rede urbana do Estado da Bahia, sendo uma centralidade de referência no interior do Estado. No mapa 1, é possível visualizar a localização do município.

**MAPA 1:** Localização de Feira de Santana – BA (2024)



**Elaboração:** O autor (2021)

Em meados da década de 1970, Feira de Santana passou por uma significativa transformação em sua estrutura comercial, resultando em mudanças na paisagem urbana devido à transferência da feira-livre para o centro de abastecimento. Essa alteração na dinâmica territorial estabeleceu uma nova configuração espacial com a construção de entrepostos comerciais. Na cidade, o comércio informal tem aumentado continuamente ao longo das

décadas. O número de desempregados sem qualquer fonte de renda está em constante crescimento, levando à busca de alternativas como as vendas de rua de forma autônoma.

A escolha deste tema de estudo é fundamentada pela importância de uma visão crítica sobre o desenvolvimento da atividade de comércio informal nas cidades, por parte de diversos agentes, como o Estado, o capital imobiliário e a sociedade civil. Esta é uma discussão ampla e de grande relevância para os pesquisadores que têm a dinâmica espacial da cidade de Feira de Santana como objeto de estudo, além de contribuir para o desenvolvimento de novas políticas urbanas capazes de atender às necessidades da população vulnerável, particularmente no que diz respeito ao emprego. A pesquisa proposta é necessária, uma vez que o comércio informal em Feira de Santana é uma das atividades responsáveis por fortalecer a economia da região, dado que há uma preferência significativa da população pelas ofertas dos comerciantes informais.

O objetivo principal deste trabalho é analisar a evolução histórica e as dinâmicas dos circuitos econômicos, superior e inferior, no comércio da Rua Sales Barbosa em Feira de Santana, explorando como a atividade comercial informal e a subcontratação impactam as condições de trabalho e a organização territorial local. A pesquisa visa compreender as interações entre os diversos atores envolvidos, como o poder público, comerciantes formais e informais no recorte espacial estudado.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

No que se refere ao aporte metodológico, foi realizada uma revisão extensiva da literatura para entender a origem e o desenvolvimento das práticas comerciais e sua evolução em contextos históricos e contemporâneos. A revisão incluiu obras de Nogueira (2015), Santos (1973), e Porto (2003), entre outros, para contextualizar a formação histórica e econômica de Feira de Santana e para explorar conceitos teóricos relevantes, como os circuitos econômicos superior e inferior de Milton Santos e as nuances da informalidade discutidas por De Sá Paschoal (2013). A pesquisa incluiu a análise documental, como relatos sobre a evolução da Rua Sales Barbosa e documentos relacionados à proposta de reordenamento espacial. Foram examinadas as propostas de modernização, incluindo o projeto "Cidade das Compras" e a pressão dos comerciantes e das autoridades municipais para reconfiguração da área.

A pesquisa explorou as relações de trabalho no comércio informal, com foco na subcontratação e precarização, utilizando conceitos de terceirização e empreendedorismo. Foram analisadas as condições de trabalho, a remuneração e as práticas de subcontratação, com base em fontes acadêmicas e relatórios sobre o comércio informal e a legislação trabalhista.

A análise espacial foi facilitada por meio de mapeamentos temáticos utilizando o software QGIS. Mapas foram elaborados para ilustrar a localização e a dinâmica da Rua Sales Barbosa e do Shopping Popular "Cidade das Compras" (Mapas 2 e 3). Essa visualização ajudou a compreender as mudanças espaciais e a relação entre diferentes áreas comerciais. E, por fim, os dados foram analisados qualitativamente, com foco na interpretação das mudanças econômicas e sociais na Rua Sales Barbosa e suas implicações para os trabalhadores informais. A análise incluiu a avaliação da eficácia das políticas públicas e as consequências das intervenções urbanísticas para a comunidade local. Tornou-se possível sintetizar os procedimentos metodológicos da pesquisa através da construção de um organograma metodológico, disposto na figura 1.

**FIGURA 1:** Organograma metodológico da pesquisa



**ELABORAÇÃO:** O autor (2024)

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 A evolução do comércio em Feira de Santana: Análise histórica e dinâmicas dos circuitos econômicos superior e inferior na Rua Sales Barbosa**

Ao conduzir uma análise histórica, podemos observar que as atividades comerciais têm suas origens nas práticas de troca de produtos nas antigas civilizações. Segundo Nogueira (2015), o comércio emergiu a partir desses processos de troca na antiguidade, quando diferentes grupos trocavam suas produções por outras mercadorias. Este fenômeno foi crucial para o desenvolvimento e aprimoramento das grandes cidades, proporcionando serviços à sociedade e maior conforto aos consumidores. Com o avanço do sistema capitalista e o aumento contínuo das disparidades sociais, indivíduos com pouca ou nenhuma renda, sem perspectivas de obter uma ocupação formal que atenda às leis trabalhistas, acabam criando seus próprios meios de subsistência. Essas práticas, que inicialmente surgiram como uma resposta às necessidades básicas de sobrevivência, evoluíram ao longo do tempo, refletindo a resiliência e a adaptação das populações menos favorecidas às condições econômicas adversas.

No caso de Feira de Santana, a atividade comercial está intimamente ligada à sua formação histórica. A cidade emergiu como um polo de comercialização de gado bovino em feiras livres, estabelecendo-se como um importante entroncamento comercial tanto regional quanto nacionalmente. Este papel não só impulsionou sua própria economia, mas também beneficiou as economias dos municípios vizinhos. A relevância econômica de Feira de Santana é destacada por Porto (2003), que a compara com Vitória da Conquista, o maior entreposto comercial da Bahia até a década de 1960. A proeminência comercial de Feira de Santana deve-se ao seu fluxo de transporte, decorrente de sua localização estratégica (Porto, 2003), que a tornou um centro econômico vital e atraente para comerciantes da região.

Para analisar a evolução da atividade comercial na cidade, é essencial compreender os conceitos de circuitos econômicos "superior" e "inferior" propostos por Milton Santos na década de 1970. Santos identifica dois circuitos distintos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços na sociedade urbana. O circuito superior é composto por grandes detentores de capital e meios de produção, incluindo bancos, grandes entrepostos comerciais, multinacionais, atacadistas e transportadoras. Este circuito é sustentado por classes sociais mais ricas e médias, refletindo a modernização tecnológica iniciada na segunda revolução industrial,

caracterizando-se por relações nacionais e internacionais contínuas e por processos administrativos e burocráticos (Santos, 1973).

Por outro lado, o circuito inferior, embora não gere capital com a mesma intensidade que o superior, é vital para a economia local. Esse circuito inclui pequenos produtores, artesãos e comerciantes, tanto formais quanto informais, que atendem às classes médias e baixas. Sua organização tende a ser mais tradicional e menos sujeita a processos burocráticos.

No centro de Feira de Santana, esses circuitos são evidentes na área comercial. O circuito superior é representado pela economia formal, que opera de acordo com a legislação e dispõe de espaços físicos regulamentados por entidades governamentais mediante o pagamento de impostos. Em contraste, o circuito inferior está em constante processo de transformação e adaptação (Santos, 1973). Este circuito é caracterizado pelo comércio informal, onde a manipulação de mercadorias visa exclusivamente à subsistência dos comerciantes e ocorre em praças, ruas e avenidas movimentadas para atrair clientes. O espaço físico é delimitado por barracas construídas pelos próprios comerciantes. Quanto à informalidade, De Sá Paschoal (2013) afirma que:

A informalidade e as nuances de sua definição devem ser entendidas nos tempos de globalização, a partir da dinâmica da economia global. É nesse contexto que as relações de trabalho – dentro e fora da formalidade – mudam, e os desafios da globalização exigem da Organização Internacional do Trabalho uma resposta que garanta, acima de tudo, condições decentes de trabalho. (De Sá Paschoal et al., 2013).

O espaço comercial é delimitado por ruas e avenidas de fácil acesso e diversos estabelecimentos comerciais, o que favorece a atração de clientes e resulta em um intenso fluxo de pessoas diariamente. A Rua Sales Barbosa, devido à sua largura e localização estratégica no centro da cidade, exemplifica essa dinâmica. Em meados do século XX, essa rua era ocupada por prostitutas, vendedores ambulantes e cambistas (Bonfim; Correia, 2014). No entanto, a reconfiguração desse espaço começou na década de 1960, impulsionada pela modernização e expansão urbana brasileira. O aumento significativo do desemprego resultou na ocupação desses espaços por ambulantes em busca de meios de subsistência.

Em 2017, uma proposta de reordenamento espacial foi protocolada, visando registrar a Rua Sales Barbosa como patrimônio imaterial literário e histórico-cultural de Feira de Santana, por meio de uma petição online. Esse projeto, concebido a partir da pesquisa da professora Cíntia Portugal de Almeida Tranzillo de Vasconcelos e desenvolvido audiovisual e

graficamente por Gabriel Silva de Azevedo, propunha a criação de um museu a céu aberto. O objetivo era preservar a memória local de Feira de Santana em um espaço dedicado ao lazer e à interatividade, registrando a Rua Sales Barbosa como um local histórico (Almeida, 2017).

A pressão exercida pelos comerciantes sobre as autoridades para a implementação de medidas visando a remoção dos vendedores ambulantes da Rua Sales Barbosa desempenhou um papel significativo nesse processo. Essa pressão contribuiu para que as entidades responsáveis buscassem alternativas para a realocação dos ambulantes, criando um espaço dedicado onde estes pudessem ser monitorados e, ao mesmo tempo, pagar taxas de ocupação.

### **3.2 A subcontratação e a precarização do trabalho no comércio informal**

O crescimento da atividade informal na Rua Sales Barbosa resultou na multiplicação dos estabelecimentos comerciais, à medida que muitos trabalhadores passaram a gerenciar mais de um ponto de venda. Com o passar das décadas, a necessidade de contratar terceiros para a administração desses estabelecimentos tornou-se evidente, levando à prática comum de subcontratação temporária. Essa prática visa principalmente auxiliar os proprietários na divulgação e comercialização de seus produtos.

Dentro desse contexto, a subcontratação, que evoluiu para o conceito moderno de terceirização, pode ser compreendida como uma estratégia empresarial essencial. Druck (2011) argumenta que a terceirização do trabalho emergiu como uma ferramenta legitimada e amplamente utilizada para a sobrevivência em um cenário de crise e instabilidade econômica.

Em relação às dinâmicas de trabalho, as relações entre contratantes e contratados frequentemente se tornam assimétricas, com o contratante estabelecendo padrões de venda, metas e preços. Este processo resulta em uma multiplicidade de relações de trabalho cada vez mais precárias, com formas de exploração que visam a redução de custos por meio da precarização das condições de trabalho.

A consolidação do comércio informal na Rua Sales Barbosa reflete as novas configurações do processo produtivo e sua legitimação como uma alternativa viável ao mercado de trabalho, especialmente em um contexto de elevado desemprego e crise do assalariamento.

O comércio informal, visto como uma forma de empreendedorismo, atraiu trabalhadores que, ao expandirem suas atividades, adquiriram novas propriedades na área circundante.

No contexto da hegemonia neoliberal, a informalidade passou a ser reinterpretada sob a ótica do empreendedorismo, destacando o trabalhador informal como alguém capaz de assumir os riscos de seu próprio negócio, adaptar-se às adversidades do mercado e expandir suas operações. No entanto, essa concepção empreendedora assume uma dimensão ideológica que influencia as relações de trabalho, promovendo individualismo e enfraquecendo as relações sociais entre trabalhadores. A terceirização no comércio informal evidencia a precariedade das relações de trabalho e a ausência de condições trabalhistas adequadas dentro do ciclo capitalista de patrão e empregado.

O comércio de rua, por não ser regulamentado pelas leis trabalhistas, leva os trabalhadores desempregados a buscar fontes de renda através de "bicos" em barracas. O espaço limitado para novos comerciantes e a concorrência acirrada dificultam a comercialização individual, fazendo da subcontratação uma alternativa viável. Essa terceirização resulta em condições de trabalho extremamente precárias, com exigências como permanência constante em pé, horários de refeição irregulares e condições sanitárias inadequadas. Além disso, muitos empregadores oferecem remuneração abaixo do piso salarial, uma vez que a falta de registro na carteira de trabalho os isenta de cumprir com as leis trabalhistas.

As relações de trabalho no comércio informal frequentemente revelam características autoritárias, onde a precarização, a falta de segurança e a exploração são prevalentes. A expansão da rede comercial informal implica em custos trabalhistas crescentes, aumentando a demanda por mão de obra temporária e destacando as tendências de terceirização como expressões do processo de informalização da economia e da precarização do trabalho (Matsuo, 2009).

A ausência de registro na carteira de trabalho é um problema central, expondo os trabalhadores a uma vulnerabilidade significativa, especialmente durante períodos de sazonalidade como São João, Natal e Réveillon, quando a demanda aumenta e a precariedade das condições de trabalho se acirra. Após esses períodos, a demanda diminui, resultando em demissões de funcionários não registrados, que ficam desprovidos de benefícios trabalhistas.

A ideologia empreendedora, que sustenta que a sobrevivência no mercado de trabalho depende do esforço individual, é reforçada no contexto do comércio informal. O camelódromo é ressignificado como um espaço de empreendedorismo por necessidade, onde a sobrevivência

do negócio depende da capacidade de inovação, disposição para assumir riscos e trabalho intenso (Lima, 2010). Entretanto, a concentração de poder comercial entre alguns empreendedores pode levar a práticas opressivas em relação aos seus empregados.

A fragilidade dos contratos, quando existentes, deixa os trabalhadores à mercê da demanda instável dos empregadores. Embora não se possa generalizar, casos isolados evidenciam a intensificação do trabalho e a falta de direitos no comércio informal terceirizado. A "subordinação consentida" não impede que os trabalhadores percebam a precarização de suas condições de vida (Lima, 2010). Esse fenômeno ilustra a evolução do comércio de rua na Rua Sales Barbosa, em Feira de Santana. Inicialmente ocupada para a subsistência, a área viu a expansão do comércio informal e a crescente subcontratação, refletindo a influência da lógica neoliberal sobre o empreendedorismo e o mercado de trabalho.

### **3.3 Desafios e conflitos na reordenação territorial da Rua Sales Barbosa**

O planejamento pode ser conceituado como uma ferramenta que facilita a elaboração de um plano de ação (Teles, 2017). No contexto urbanístico, a expansão do tecido urbano de uma localidade valoriza os espaços centrais da cidade. Dessa forma, é admissível compreender que o discurso de modernização e progresso de um espaço é frequentemente orientado por interesses capitalistas, complementando as estratégias da burguesia para consolidar seu poder no espaço urbano (Monte-Mór, 2007).

Um dos instrumentos cruciais de planejamento urbano nas cidades é o "Plano Diretor". Esta legislação municipal estabelece normas e parâmetros para o desenvolvimento das cidades, sendo um promotor essencial do desenvolvimento urbano através de intervenções que visam, por exemplo, a melhoria do solo urbano e a implementação de infraestrutura urbana. O Estatuto da Cidade, em seu Capítulo III, Art. 41, determina a obrigatoriedade do Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes.

A Lei Complementar nº 117, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial de Feira de Santana (PDDU 2018), em seu Art. 1º, inciso II, reafirma a necessidade de um plano de desenvolvimento que permita a expansão ordenada da cidade e assegure a oferta de todos os serviços necessários. Esta legislação sublinha a importância de um planejamento estratégico que contemple as demandas

urbanas de maneira equilibrada e inclusiva, promovendo um crescimento sustentável e ordenado para a localidade.

Fica instituído o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial (PDDU 2018) do Município de Feira de Santana que estabelece diretrizes de ordenamento, orientação e controle do desenvolvimento municipal, em todo o seu território, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a Constituição do Estado da Bahia, com a Lei Orgânica do Município e a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade. (Lei Complementar nº 117, de 20 de dezembro de 2018, p.2).

Para além das políticas voltadas ao planejamento urbano, a Gestão Democrática emerge como um princípio fundamental para o desenvolvimento de cidades mais equitativas, baseando-se na participação ativa dos cidadãos nas decisões a serem tomadas. Nesse contexto, a população tem o direito de expressar suas opiniões durante o processo de desenvolvimento urbano, identificando problemas e propondo melhorias, e participando diretamente da tomada de decisões.

É responsabilidade do governo municipal, em consonância com as demandas da população, organizar o espaço por meio do planejamento urbano e gerenciar a cidade de forma que atenda aos anseios da população em toda sua extensão. Dessa forma, torna-se necessário administrar uma cidade de maneira mais igualitária. Para isso, são utilizadas diretrizes presentes no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor Municipal, conforme estabelecido na Lei nº 117, de 20 de dezembro de 2018, Art. 1, inciso II.

§ 2º - Todos os planos e projetos de iniciativa pública ou privada que interferem na produção e na gestão do território municipal e das áreas urbanas de Feira de Santana submetem-se a esta lei, para alcançar o objetivo geral, que é o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade imobiliária urbana, garantindo o bem-estar de seus habitantes, que, para todos os efeitos, fica denominada de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial (PDDU 2018) do Município de Feira de Santana (Lei Complementar nº 117, de 20 de dezembro de 2018, p.2) .

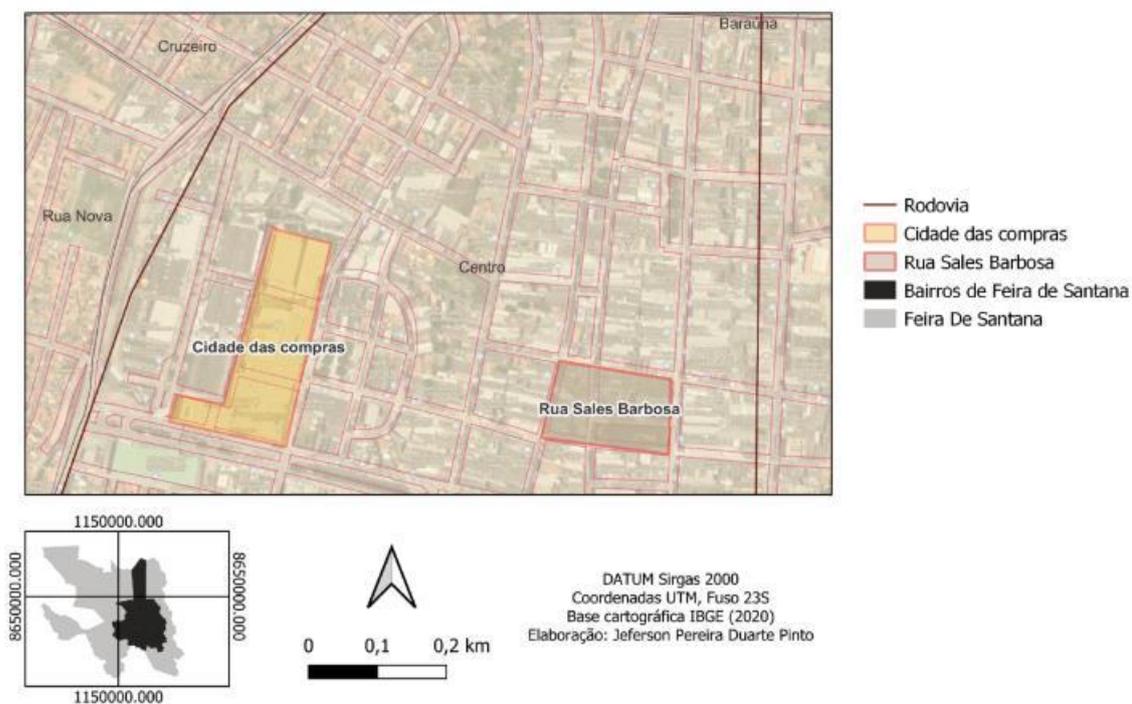
A atuação das entidades municipais ocorre de maneira contínua por meio da implantação de equipamentos urbanos públicos e comunitários. No centro da cidade, a proposta de construção de uma praça pública na Rua Sales Barbosa apresenta uma problemática relacionada ao uso e ocupação do solo, uma vez que essa área é ocupada por camelôs.

A Prefeitura de Feira de Santana, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, busca ordenar o uso do espaço público, tendo como principal incumbência a realocação dos camelôs para áreas específicas onde possam comercializar seus produtos. O cenário da Rua

Sales Barbosa é caracterizado pelo embate entre o poder público, camelôs e lojistas. Os trabalhadores informais necessitam de meios para sua subsistência, enquanto os lojistas enfrentam dificuldades para atrair a clientela, que passa a adquirir produtos dos camelôs. O poder público, pressionado por ambos os lados, não apresentou uma solução eficaz para resolver os conflitos entre trabalhadores formais e informais, demonstrando ineficácia na resolução dessas questões. Além disso, tornou-se necessário abordar questões de ordenamento territorial, dado que a insatisfação da população com a falta de espaço para circulação na Rua Sales Barbosa era crescente.

A proposta de criação de um shopping popular denominado "Cidade das Compras" em Feira de Santana teve início em 2014, durante o segundo mandato do ex-prefeito José Ronaldo de Carvalho. Inicialmente, a ideia foi recebida de forma positiva, pois era do interesse mútuo a existência de um espaço legalizado para que os camelôs pudessem exercer suas atividades comerciais de maneira formal. Além disso, as ruas Sales Barbosa, Senhor dos Passos e Marechal Deodoro seriam esvaziadas em resposta às recomendações do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) para preservação dessas áreas. No entanto, as medidas tomadas logo se mostraram desfavoráveis ao público-alvo, visto que as taxas abusivas de aluguel e condomínio eram incompatíveis com a realidade socioeconômica da maioria dos ambulantes. Ademais, a grande distância entre a Rua Sales Barbosa e a Cidade das Compras (Mapa 2) poderia reduzir o fluxo de vendas dos camelôs.

**MAPA 2:** Localização do Shopping Popular Cidade das Compras em relação à Rua Sales Barbosa (2024)



**Elaboração:** O autor (2024)

Com a intensificação da tensão entre os comerciantes e o governo municipal, a administração municipal, juntamente com o consórcio responsável pelo empreendimento, alegou ter oferecido condições favoráveis para que os ambulantes pudessem ocupar o shopping. No entanto, as atitudes autoritárias adotadas levaram à mobilização de uma parcela dos comerciantes, que se manifestaram contra a proposta por meio de protestos e divulgação de seus pontos de vista nos meios de comunicação.

A Figura 3 representa uma das manifestações organizadas pelos comerciantes da Rua Sales Barbosa. A construção do shopping, iniciada em 2017, recebeu o aval do Ministério Público para ocupação no final de 2020. Entretanto, as obras não estavam finalizadas e o espaço apresentava diversos problemas, incluindo deficiências no teto e na estrutura hidráulica. A resistência dos camelôs nas principais ruas do centro de Feira de Santana persistiu até os primeiros meses de 2021, quando foi autorizado o desmonte de todas as barracas dos calçadões.

**FIGURA 3:** Protesto de camelôs em frente a Prefeitura Municipal de Feira de Santana (2021)



**FONTE:** Acorda Cidade (2021)<sup>1</sup>

Em um primeiro momento, a justiça interveio, impedindo a continuidade da ação. No entanto, posteriormente, foi concedido um novo aval para a retirada das estruturas, que ocorreu de forma agressiva e em horários noturnos para evitar manifestações ou tentativas de impedimento, conforme demonstrado na figura 4.

---

<sup>1</sup> Imagem obtida através da notícia: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/comerciantes-do-shopping-popular-realizam-novo-protesto-contra-taxas-do-emprego/>

**FIGURA 4:** Força-tarefa organizada pela Guarda Municipal de Feira de Santana para retirada das barracas (2021)



**FONTE:** Acorda Cidade (2021)<sup>2</sup>

A atitude da Prefeitura de Feira de Santana gerou forte repercussão negativa e críticas nos meios de comunicação. Manchetes foram veiculadas em jornais impressos, blogs e sites, enquanto perfis nas redes sociais expressavam a insatisfação popular em relação aos eventos. Jornais locais noticiaram em tempo real a remoção das barracas. A utilização de uma força-tarefa para executar a ação evidenciou a agressividade e a rispidez aplicadas. Conseqüentemente, os ambulantes foram realocados para a Cidade das Compras, resultando no esvaziamento parcial da Rua Sales Barbosa.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo revelou as complexas interações entre o setor formal e informal na Rua Sales Barbosa, em Feira de Santana, destacando como as transformações urbanas e dinâmicas econômicas moldam e são moldadas por esses dois circuitos econômicos distintos. Ao longo das décadas, a Rua Sales Barbosa tem sido um microcosmo das mudanças econômicas e sociais que caracterizam a cidade, evidenciando a resiliência da população diante de desafios e a contínua adaptação às condições econômicas adversas.

<sup>2</sup> Imagem obtida através da notícia: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/forca-tarefa-remove-cerca-de-30-barracas-nesta-quinta-feira-17-em-feira-de-santana/>

A análise histórica e espacial demonstrou que a evolução da Rua Sales Barbosa reflete a expansão e a transformação do comércio informal, uma resposta direta às desigualdades e ao crescimento do desemprego. Este fenômeno destaca a capacidade da população em buscar formas alternativas de subsistência quando o mercado formal não oferece oportunidades adequadas. As práticas de subcontratação e a precarização do trabalho dentro do comércio informal revelaram um panorama preocupante, onde as condições laborais são frequentemente insustentáveis e os direitos trabalhistas, negligenciados.

Além disso, a tentativa de reordenação territorial por meio de projetos como o "Cidade das Compras" ilustra os desafios enfrentados na tentativa de integrar os setores formal e informal em um espaço urbano coeso. As tensões entre o poder público, comerciantes formais e ambulantes evidenciam a dificuldade de implementar políticas que conciliem interesses divergentes e promovam uma solução equitativa para todos os envolvidos.

A pesquisa sublinha a necessidade de um planejamento urbano mais inclusivo e flexível, capaz de atender às demandas de uma cidade em crescimento e com uma economia mista. A construção de um espaço como o "Cidade das Compras" deveria ser acompanhada por uma análise mais detalhada das condições socioeconômicas dos ambulantes e pela criação de políticas que respeitem suas necessidades e realidades econômicas.

Em suma, a Rua Sales Barbosa serve como um exemplo eloquente das dinâmicas econômicas contemporâneas e das complexidades inerentes ao desenvolvimento urbano. O estudo reforça a importância de estratégias de planejamento urbano que considerem a diversidade econômica e social das cidades, garantindo que as políticas públicas promovam não apenas o crescimento econômico, mas também a justiça social e a inclusão para a população.

## 5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. P. D. (2016). **A rua, o poeta e o romantismo: a produção literária de Sales Barbosa**. UEFS Editora.

AZEVEDO, L. D. 2015. **Feira de Santana: entre culturas, paisagens, imagens e memórias visuais urbanas** (1950-2009), 1ª ed., Feira de Santana, UEFS Editora. 298p.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global: esboço metodológico**. Caderno de Ciências da Terra, 13. São Paulo: IGEO/USP, 1971.

BOMFIM, J. D., CORREIA, J. (2014). **Reconfiguração espacial da cidade de Feira de Santana a partir da década de 1960**. Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia-ISSN 2358-5293, (I).

CACCIAMALI, M.C. **Globalização e processo de informalidade** . 2000. 22 p. Artigo (Artigo Geográfico)- Universidade de São Paulo, [S.l.], 2000. 1. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643124/10674>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

COSTA, E. G. **Anel, cordão, perfume e barato : uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nova Estella /EDUSP, 1999.

CRETELLA, J.J. **Atividade Comercial**. Disponível em: <http://www.ucg.br> Acesso em 31 de maio de 2021

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DANTAS, E.W.C. **A Cidade e o Comércio Ambulante: : Estado e Disciplinamento da Ocupação do Espaço Público em Fortaleza (1975 ? 1995)**. 1. Ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. 193 p. v. 1.

DRUCK, G. **"Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?."** Caderno Crh 24 (2011): 37-57.

DE SÁ PASCHOAL, A. et al. **Economia informal**, 2013.

FEIRA DE SANTANA. **Lei Complementar (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Município de Feira de Santana – PDDU)**. Disponível em <https://www.diariooficial.feiradesantana.ba.gov.br/atos/executivo/174P5V20122018>.

FEIRA DE SANTANA. **Leis municipais (Planos Diretores)**. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/328/leis-de-feira-de-santana>.

GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

Lei 6.766, de dezembro de 1979. **Parcelamento do Solo Urbano**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/16766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/16766.htm). Acessado em 04 de abril de 2022.

Lei 10.257, de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Disponível em

[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acessado em 31 de março de 2022.

LIMA, J.C. **Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?** Sociologias (UFRGS. Impresso), v. 12, 2010.

MATSUO, M. (2009). **Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais**. 2009. 371f, Tese (Doutorado em Sociologia)–Universidade de São Paulo-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo).

MENDONÇA, F..D.A; VENTURI, L.A.B. **Geografia e metodologia científica: da problemática geral às especificidades da Geografia Física**. Revista Geosul, Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

MONTE-MÓR, R. L. D. M. (2007). **Urbanização e Impactos Ambientais: uma análise da relação entre as características dos espaços urbanos e a poluição hídrica na Região do Médio Rio Doce (MG)**. VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica.

MONTESSORO, C.C.L. **Centralidade urbana e comércio informal: Os novos espaços de consumo no centro de Anápolis-Go** . 2006. 384 p. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de ciências e tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006. 1.

PORTO, E. **Desenvolvimento e território na Bahia**. Salvador: SEI, 2003. 111 p.

SANTOS, C. R. **Shopping popular feiragui: estudos sobre a produção de um espaço de comércio em Feira de Santana – BA** . 2016. 221 p. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista, [S.l.], 2016. 1.

SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas** (Vol. 3). Edusp, 2003.

SANTOS, M. **Os dois circuitos da economia urbana e suas implicações espaciais**, 1973.

SAUER, O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA;ROSENDAHL (Orgs.). **Paisagem tempo e cultura**, Rio de Janeiro:EdUERJ, 1998

SINGER, P; POCHMANN, M. **Mapa do trabalho informal : Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. 64 p. v. 1.

TELES, A.O. **O comércio informal em Feira de Santana (BA) permanências e mudanças** . 2017. 270 p. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Federal de Sergipe, [S.l.], 2017. 1.